

# Um novo orçamento

A segunda providência seria aprovar a regulamentação da reforma administrativa, que flexibilizou a estabilidade dos funcionários públicos no emprego. A regulamentação é importante para os governadores que vão tomar posse em 1999.

O terceiro aspecto da agenda imediata é a prorrogação da CPMF. Embora os economistas, alguns dentro do próprio governo, vejam vários defeitos nesse tributo – a incidência em cascata, o caráter regressivo, o fato de aumentar a chamada cunha fiscal (peso dos impostos na formação das taxas de juros e nas operações financeiras em geral) –, a CPMF é um sucesso, do ponto de vista da administração tributária: arrecada muito bem (mais de R\$ 7 bilhões por ano) e é um excelente instrumento no combate à sonegação.

O quarto problema a ser atacado a curto prazo é a revisão – e a aprovação ainda este ano – do orçamento de 1999. A proposta original, enviada ao Congresso em 31 de agosto, é um show de devaneios.

A taxa de crescimento da economia embutida na proposta – algo entre 3% e 4% do PIB – é um sonho alucinado de uma noite de verão. Nos últimos dias, as previsões mais otimistas indicavam que o Brasil terá crescimento zero em 1999.

A expectativa de superávit primário contida na proposta orçamentária – de R\$ 8,7 bilhões (cerca de 1% do PIB) – é surpreendentemente tímida e nem um pouco digna de um país com déficit público nominal (inclui os gastos com juros) em torno de 7,6% do PIB. As despesas com custeio e capital da máquina pública (OCC), fixadas em R\$ 42 bilhões, representam economia de apenas R\$ 1 bilhão em relação à proposta deste ano e, portanto, não condizem com a austeridade exigida pelo momento.

Na prática, o governo terá que enviar outra proposta de orçamento ao Legislativo. Os economistas do BNDES não citam, mas é certo que o governo enviará ao Congresso também propostas de aumento de imposto.